

**Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Empresária Limitada**

MAURO JOSÉ CONTE BRACCO, Empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, brasileiro, portador do RG n. 11.334.419-3 SSP/SP, expedido em 19/12/2017, inscrito no CPF sob o n. 033.265.458-35, residente e domiciliado na Avenida Itacira, n. 748, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, CEP: 04.061-000, nascido no dia 27 de fevereiro de 1961.

MATHEUS DE ALMEIDA BRACCO, Empresário, solteiro, brasileiro, portadora do RG n. 39.568.992-2 SSP/SP, expedido em 16/06/2016, inscrito no CPF sob o n. 497.373.078-52, residente e domiciliado na Rua Francisco Manoel da Silva, n. 100, Bairro Jardim São Caetano, São Caetano do Sul/SP, CEP: 09.581-710, nascido no dia 05 de agosto de 1998.

Únicos sócios da Sociedade Limitada que ora pretendem constituir, tem entre si, justo e contratado, este Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Empresária Limitada, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade tem a denominação social de **B3M Data Informática Ltda.**

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sede e domicílio na Rua Cinco de Julho, n. 1381, sala 1, Bairro Centro, Indaiatuba/SP, CEP: 13.330-220 podendo mediante deliberação dos sócios, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do país.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem por objeto o **Comércio varejista de equipamentos de informática, reparação e manutenção em computadores, distribuição de componentes e acessórios de informática, importação e exportação, serviços de impressão para terceiros, consultoria, manutenção e instalação, venda e locação de suprimentos em informática, venda de equipamentos de áudio visual e equipamentos de monitoração, comissária de despachos e comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários.**



PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios declararam expressamente que exploram atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária, nos termos do artigo 966 caput e parágrafo único e artigo 982 do código civil.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA - O capital social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios neste ato em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.000,00(dez mil reais), dividido em dez mil quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios quotistas:

a) **Mauro José Conte Bracco** é possuidor de nove mil novecentas quotas no valor de R\$ 9.900,00(Nove mil novecentos reais).

b) **Matheus de Almeida Bracco** é possuidor de cem quotas no valor de R\$ 100,00(cem reais).

Parágrafo Primeiro - Cada quota é indivisível e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1052 da Lei 10.406/02.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - A administração da sociedade incumbe única e exclusivamente ao sócio **Mauro José Conte Bracco**.

CLÁUSULA SÉTIMA - Caberá ao administrador, assinando isoladamente, a prática dos atos necessários ou convenientes a sua administração, dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

a) representar a sociedade em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

Handwritten signatures and initials: "KQ" and "mg" with a circular stamp.



b) assinar isoladamente, representando a totalidade do capital social, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação econômico-financeira da sociedade, inclusive cheques, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, ordens de pagamento, contratos e outros documentos que atribuam dívida à sociedade.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela sociedade deverão ser assinadas pelo administrador, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

Parágrafo Segundo - A alienação ou oneração de bens imóveis somente poderá efetivar-se mediante a aprovação dos sócios, representando a totalidade do capital social.

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer um dos sócios, procuradores ou funcionários que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando previamente aprovado pelos sócios, representando a totalidade do capital social.

RETIRADA E INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS

CLÁUSULA OITAVA – É vedada a entrada de novos sócios, sendo que, nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros.

Parágrafo Primeiro - O sócio que pretender deixar a sociedade deverá notificar os demais, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Segundo - Uma vez informada a intenção de retirada, será realizado balanço especial de verificação, para apuração do lucro ou prejuízo do período, que será computado juntamente com o valor das cotas do sócio que se retira.

Parágrafo terceiro – O valor de retirada apurado será tão somente os investimentos realizados - quota parte do sócio que se retira -, devolvendo-lhe os valores investidos na sociedade, acrescido do lucro do período.

Parágrafo Quarto – Na hipótese de prejuízo no período, seu computo será excluído do balanço especial de verificação, devolvendo-se ao sócio apenas seu investimento inicial.

Parágrafo Quinto - Não integrará o balanço de verificação para retirada de sócio nenhum outro direito material ou imaterial da sociedade, do estabelecimento comercial, ou da pessoa jurídica.

Q
M.P.
K



DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA NOVA - As modificações do contrato social, mediante deliberações dos sócios, deverão observar as disposições contidas nos artigos 1071/1080 do Código Civil.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e em caso de dissolução e liquidação da sociedade, será o liquidante escolhido pelos sócios, representando o menor capital social. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A retirada, exclusão, falecimento ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, pelo prazo previsto em lei, a menos que estes resolvam liquidá-la.

Parágrafo Primeiro - Por se tratar de sociedade de pessoas, em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada de qualquer dos sócios, os herdeiros, sucessores ou curadores do sócio falecido ou incapacitado receberão os direitos sociais do falecido ou interditado na forma prevista na Cláusula Oitava deste contrato, operando-se a dissolução parcial.

Parágrafo Segundo - Na hipótese prevista no parágrafo primeiro, os sócios remanescentes podem deliberar a autorização para que o sucessor ou curador ingresse na sociedade na qualidade de sócio, desde que à unanimidade de votos.



Parágrafo Terceiro - Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um dos sócios, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terão poderes de administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Todo e qualquer litígio oriundo deste contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, fica eleito o foro do Município de Itu, Estado de São Paulo renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (TRES) vias de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, devendo a primeira delas ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ficando as demais vias na sede da sociedade.

Indaiatuba/SP, 16 de maio de 2019.

29 TABELA
DE NOTAS

Mauro Jose Conte Bracco

CPF sob o n. 033.265.458-35

RG sob o n. 11.334.419-3 SSP/SP

Matheus de Almeida Bracco

CPF sob o n. 497.373.078-52

RG sob o n. 39.568.992-2 SSP/SP

Testemunhas:

Bruna Carolina Berno Neves Martim

RG: 44.619.978-3 SSP/SP

CPF: 364.420.068-83

Renata Augusto Lara

RG: 55.094.590-8 SSP/SP

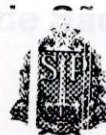
CPF: 442.388.028-88



JUCESP - Junta Comercial do Estado

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONVENIO ITU



JUCESP PROTOCOLO
0.529.172/19-7



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - EPP

NOME EMPRESARIAL

B3M DATA INFORMATICA LTDA

NIRE

DECLARAÇÃO

A Sociedade B3M DATA INFORMATICA LTDA, estabelecida na Rua Cinco de Julho, 1381, SALA 1, Centro, Indaiatuba, SP, CEP:13330-220, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

LOCALIDADE

Indaiatuba - SP

DATA

16/05/2019

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL

NOME

MAURO JOSE CONTE BRACCO (Sócio)

ASSINATURA

NOME

MATHEUS DE ALMEIDA BRACCO (Sócio)

ASSINATURA

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

817.763/19-3

JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
NIRE LIMITADA

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

3523162499-8

JUCESP



25 Tabelionato
Priscila de Castro Teixeira Pinto Lopes Agapito
TABELA DE NOTAS TITULAR
Nº 515 - Moema-SP
Cep: 04523-012 - Telef: (11) 2102-0129

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) MAURO JOSE CONTE BRACCO, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 23 de maio de 2019. (Qtd 1: Total R\$ 9,50)
Em Teste da verdade. Cód. [202934171222320008789-000527]

FABIANA FERRAZ SANTOS - Escrevente Autorizada
Selo(s): 1 Ato: AA-0724829



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
NIRE LIMITADA

CERTIFICADO DE REGISTRO
NIRE Nº 3523162499-8

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP

